EDITORIAL¹

O número 22 do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea, mantém o mesmo formato de estrutura e conteúdo das edições anteriores, adotado a partir de 2016. A publicação é dividida em quatro seções – *Ensaio*, *Opinião*, *Notas de pesquisa* e *Indicadores territoriais* – que procuram abranger questões associadas às áreas regional, federativa, urbana e ambiental. Com essa diversidade temática, pesquisam-se interfaces que orientem uma ação pública mais efetiva, eficaz e eficiente no país. Ademais, a perspectiva territorial é o elemento central e convergente das avaliações e proposições apresentadas no boletim. Os ensaios são textos analíticos ou interpretativos que versam sobre determinado assunto, geralmente, mas não necessariamente, de forma menos aprofundada que um tratado formal ou acabado. O texto de opinião aborda temas de destaque para a Dirur/Ipea. As notas de pesquisa, por sua vez, são relatos e/ou resultados preliminares de pesquisas em desenvolvimento na diretoria. Os indicadores temáticos, por fim, trazem dados macrorregionais/estaduais atualizados periodicamente, com a intenção de construir séries históricas para a realização de análises específicas.

A primeira seção deste boletim é composta por seis ensaios voltados para temas regionais, dois ensaios sobre desenvolvimento urbano e três relacionados à agricultura e ao meio ambiente. No primeiro ensaio, *Uma contribuição ao debate sobre o desenvolvimento regional do Nordeste*, Bruno de Oliveira Cruz, Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira, César Nunes de Castro, Márcio Bruno Ribeiro e Rafael H. M. Pereira destacam a lentidão do processo de convergência de renda entre regiões no Brasil. No caso da região Nordeste, esta levaria pelo menos cinquenta anos para atingir 75% do produto interno bruto (PIB) *per capita* nacional mesmo mantendo uma taxa de crescimento acima da média do país. O estudo assinala que as ações focadas no território devem atuar no sentido de aprimorar ganhos de aglomeração e no aumento de competitividade e focar em regiões de menor dinâmica econômica.

Em *Distribuição regional e características socioeconômicas do público-alvo do Benefício de Prestação Continuada (BPC)*, Kalinka Léia Becker aponta a importância da ampliação do acesso ao BPC para famílias em situação extremamente vulnerável em termos de renda e acesso a serviços de saúde e saneamento básico, como medida para mitigar a crise econômica, social e na saúde desencadeada pela pandemia da Covid-19. Cabe enfatizar que a incidência de doenças crônicas nessa população é considerável, sendo pouquíssimas as famílias que possuem plano de saúde, de modo que provavelmente irão recorrer ao sistema público (Sistema Único de Saúde – SUS) em caso de contaminação.

No ensaio seguinte, *Simulando impactos regionais de choques de produtividade: o caso da região Nordeste*, Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira aplica o modelo International Futures (IFs), que permite traçar os efeitos de certas políticas sobre um conjunto de variáveis, para projetar o desempenho econômico dos estados da região Nordeste do Brasil. O pesquisador compara um cenário padrão com políticas alternativas de crescimento da produtividade,

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua22edit>

obtendo resultados importantes. Mesmo com o choque de produtividade, os estados do Nordeste não conseguem atingir 60% do PIB nacional, ficando a região longe de extinguir a miséria ao fim do período estudado. Entre os *insights* que podemos tirar desse ensaio destaca-se que políticas generalistas, que não considerem as características da região, podem ter efeito limitado sobre a renda e redução da pobreza.

Um ponto essencial na discussão sobre o novo Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 está na possível transição para um novo modelo orçamentário plurianual que trata de restringir o processo orçamentário às diretrizes orçamentárias (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) e aos orçamentos anuais (Lei Orçamentária Anual – LOA). Trata-se, portanto, de questionar a necessidade ou não de extinção do PPA, substituindo-o por um mecanismo de orçamento plurianual. O quarto ensaio, *Planejamento e orçamento plurianuais: mecanismos complementares ou substitutos?*, de Constantino Cronemberger Mendes, demonstra as diferenças entre os dois instrumentos (planejamento plurianual e orçamento plurianual) e apresenta possíveis implicações e riscos de se adotar os dois mecanismos substitutos e não complementares dentro do processo político de decisão pública.

Em *Finanças públicas na Amazônia: alternativas territoriais para maior autonomia de Breves, no Marajó*, Rodrigo Portugal e Moisés Sarraf perfazem um trajeto pelo histórico territorial e produtivo de Breves para propor alternativas que elevem a autonomia do governo municipal, tanto das receitas quanto das despesas públicas, sem descolamento dos fatores territoriais.

Fechando os ensaios sobre temas regionais, temos *Caminhos para o aprimoramento da gestão de políticas públicas em áreas de fronteira: uma análise multinível*, em que Caroline Krüger, Nino Rafael Medeiros Krüger, Cláudia Souza Passador e Adriana Cristina Ferreira Caldana, tendo em vista o imbricado conjunto de características subjacentes às fronteiras, buscam apresentar uma agenda para aprimorar a gestão de políticas públicas nessas áreas.

Com referência ao desenvolvimento urbano, este boletim apresenta, conforme supracitado, dois ensaios. Em *Área metropolitana de Brasília e quantificação de fluxos a partir de pesquisas domiciliares*, Bruno de Oliveira Cruz, Thiago Mendes Rosa e Luiz Rubens Câmara de Araújo, tomando por base a teoria de que ganhos de aglomeração geram benefícios positivos para os moradores da periferia, explicando pelo menos em parte a migração do Distrito Federal para a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), procuram responder a seguinte questão: por que, então, empresas não consideram a mudança para a PMB? Já em *O uso da web na gestão municipal: amplia ou imobiliza a participação?*, Thaís Kornin, Rosa Moura e Liria Yuri Nagamine resgatam os resultados de uma pesquisa realizada em 2018 na região metropolitana de Curitiba com o objetivo de avaliar a efetividade de instrumentos de participação democrática via *web*, para verificar o que poderia se encontrar reproduzido, modificado ou ausente se a pesquisa fosse replicada nos municípios da faixa de fronteira do país.

Os últimos três ensaios do boletim abordam as atividades agropecuárias e os recursos naturais. Em *Impactos da seca de 2012-2017 na região semiárida do Nordeste: notas sobre a abordagem de dados quantitativos e conclusões qualitativas*, Adrielli Santos de Santana e Gesmar Rosa dos Santos abordam a região Nordeste, com um recorte para o semiárido, visando evidenciar efeitos do mais recente período de seca na região, entre 2012 e 2017. O estudo faz um alerta sobre a necessidade de se dar atenção à escassez de água como um importante elemento para explicar as diferenças na trajetória produtiva do semiárido. Na sequência, *Teria a produção da aquicultura na bacia do rio Doce sido impactada pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana (Minas Gerais)?*, de João Paulo Viana, investiga a possibilidade de o

rompimento da barragem em Mariana ter impactado a produção da aquicultura na bacia do rio Doce.

Finalizando a sequência de estudos sobre agricultura, temos o ensaio *Regiões especializadas em commodities: apontamentos sobre a estrutura fiscal e produtiva em contexto de regressão estrutural da economia brasileira*, de Danilo Severian. O ensaio aponta que a queda da participação da indústria no PIB tem se combinado à maior participação do setor primário, liderado pelos segmentos de *commodities* agropecuárias e minerais. Diante desse quadro, cabe questionar se as potencialidades e limitações advindas do maior peso dessas atividades na atividade produtiva dos entes federados consistem em entrave ao desenvolvimento econômico sustentável dessas regiões, na medida em que ocorre a criação de despesas permanentes em oposição às receitas variáveis que estão sujeitas às flutuações do mercado internacional.

Na seção *Opinião*, o trabalho intitulado *The need of a novel sustainable development paradigm for the Amazon*, escrito pelo eminente pesquisador Carlos A. Nobre em parceria com Ismael Nobre, traz uma análise profunda do contexto atual da Amazônia brasileira, mostrando os desafios enfrentados e apresentando as soluções para o alcance do desenvolvimento sustentável.

A seção *Notas de pesquisa* contém três relatos. Maicon Gonçalves Monteiro, Helinton José Rocha e Marlon Vinícius Brisola contribuem com *Estudo comparado de organização e adensamento de cadeias produtivas e seus indicadores: uma análise das Câmaras Setoriais entre 1991, 2006 e 2017*, em que se realiza uma análise comparada entre os principais indicadores de desempenho das cadeias de cachaça, fibras naturais e de ovinos e caprinos e os indicadores das cadeias de algodão e de aves e suínos, com vistas a identificar a eficácia das políticas públicas decorrentes das demandas e das estratégias estabelecidas nas Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é a instituição que se caracteriza pela escala de operação, descentralização espacial, especialização das unidades de pesquisa e visão de uma agricultura baseada na ciência e tecnologia. Visando conhecer a fundo este processo, a nota de Sílvia Ransom, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho e Júnia Cristina P. R. da Conceição, integrantes do Núcleo de Estudos de Economia Agrícola Ipea-Mapa, intitulada *Inovação gerencial – agilidade na gestão de tecnologia da Embrapa*, faz um mapeamento das práticas executadas nos processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) da Embrapa, principalmente os relacionados ao planejamento e prospecção tecnológica e à gestão de projetos de inovação. Esses são processos de negócio fundamentais na gestão de tecnologia.

Por fim, Kalinca Léia Becker assina a nota de pesquisa *Qualidade da educação no Brasil: uma análise da distribuição regional do Ideb em 2007 e 2017*, que delineia as etapas para uma análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do ensino fundamental em escolas públicas municipais entre 2007 e 2017. Uma primeira análise indica que, embora os resultados tenham melhorado ao longo dos dez anos da implementação do Ideb, ainda há muito o que avançar em termos de políticas públicas direcionadas à redução das desigualdades regionais.

A última seção do boletim, *Indicadores territoriais*, traz séries de dados atualizados, regionais, federativos e urbanos e metropolitanos, permitindo acompanhar as principais variáveis para análise de diversos temas.

Prestamos nossos agradecimentos aos colegas do Ipea que atuaram voluntariamente como pareceristas dos ensaios desta edição: Bolívar Pego, Cleandro Krause, José Eustáquio Vieira,

Kalinca Léia Becker, Marco Aurélio Costa, Márcio Bruno Ribeiro, Mauro Oddo, Murilo Pires, Rogério Freitas e Tito Belquior Moreira. Somos gratos ainda aos coordenadores Marco Aurélio Costa e Márcio Bruno Ribeiro, que, com suas respectivas equipes, contribuíram para a seção *Indicadores territoriais*. Em especial, gostaríamos de agradecer a Júlio César Roma pelo convite feito ao professor Carlos A. Nobre para contribuir como autor neste boletim.

Que tenham todos e todas uma boa leitura!

Os Editores